

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**EFICIÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO: Um estudo de caso no
Município de Caturité no período de 2010 a 2013**

Bruna Emanuely Santiago Costa

**CAMPINA GRANDE – PB
2015**

BRUNA EMANUELLY SANTIAGO COSTA

**EFICIÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO: Um estudo de caso no
Município de Caturité no período de 2010 a 2013**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC –
apresentado ao Departamento do Curso
de Ciências Contábeis, da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do grau de Bacharel
em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Esp. José Luís de Souza

**CAMPINA GRANDE – PB
2015**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C837e Costa, Bruna Emanuely Santiago
Eficiência dos gastos públicos em educação [manuscrito] : um estudo de caso no município de Caturité no período de 2010 a 2013 / Bruna Emanuely Santiago Costa. - 2015.
19 p.

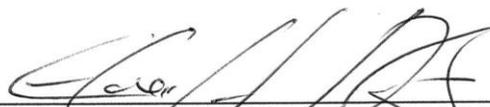
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2015.
"Orientação: Prof. Esp. José Luis de Souza, Departamento de Contabilidade".

1. Eficiência. 2. Educação. 3. Gasto Público. I. Título.
21. ed. CDD 336.3

BRUNA EMANUELLY SANTIAGO COSTA

**EFICIÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO: Um estudo de caso no
Município de Caturité no período de 2010 a 2013**

Este trabalho de conclusão de curso – TCC – foi julgado adequado para obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis, sendo aprovado em sua forma final.



Professor Msc. José Elinilton Cruz de Menezes
Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso

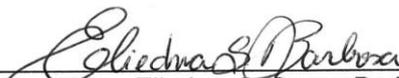
Professores que compuseram a banca:



Professor Esp. José Luís de Souza
Orientador



Professor Msc. Manuel Soares da Silva
Membro



Professora Msc. Eliedna de Sousa Barbosa
Membro

**CAMPINA GRANDE – PB
2015**

RESUMO

COSTA, Bruna Emanuely Santiago. **Eficiência dos gastos públicos em educação: um estudo de caso no município de Caturité no período de 2010 a 2013.** 19 fls. Trabalho de conclusão de curso – Ciências Contábeis, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2015.

Este trabalho tem por objetivo avaliar a eficiência dos gastos públicos, na educação no Município de Caturité, no período de 2010 a 2013. Pois educação é um dos pilares de sustentação de um Município. Dessa forma, foram apresentados aspectos teóricos relacionados aos gastos públicos em educação, observando textos baseados em leis e na Constituição Federal. Discorreu-se sobre os programas de apoio ao ensino escolar público. Esta pesquisa delimitou-se como estudo de caso, documental e bibliográfica, com característica quantitativa de nível exploratório. Os dados foram obtidos por meios de documentos fornecidos pela Prefeitura Municipal de Caturité; planilhas e gráficos contidos no portal da transparência, no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) com a finalidade de analisar a eficiência dos gastos públicos em educação durante o período de quatro anos. Assim, ao final desta pesquisa, constatou-se que, nos quatro anos estudados, Caturité não apresentou eficiência em seus gastos na educação, exceto o exercício financeiro de 2013. Vale enfatizar que 2012 foi o ano mais ineficiente com relação aos gastos.

Palavras chave: Eficiência. Educação. Gasto Público.

1 INTRODUÇÃO

Os gastos públicos são os recursos aplicados em cada setor do Município, ou seja, são os gastos em serviços públicos de educação, saúde, agricultura, entre outros. Por isso, tais gastos devem ser adequados devidamente para atingir seus objetivos e metas de acordo com as necessidades da população.

Neste trabalho, o foco são os gastos públicos na educação. Segundo a Constituição Federal de 1988, em seu art. 212 e §3º, o Município não poderá aplicar menos que 25% da receita resultante de impostos, compreendida e proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, garantindo prioridade ao atendimento do ensino obrigatório, nos termos do Plano Nacional de Educação.

A educação é a base para desenvolvimento de uma sociedade. A Constituição em seu art. 205 diz:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A partir do art. 205, percebe-se a importância da educação, pois por meio dela o indivíduo conhece seus direitos e deveres, qualifica sua mão de obra e aperfeiçoa seus relacionamentos. E o Estado é o responsável por tudo isso, pois é dever do Estado fornecer educação de qualidade. De acordo com a CF 88, em seu artigo 208, o dever do estado será efetivado diante da garantia de ensino obrigatório e gratuito à sociedade. Nessas condições, o cidadão também tem os seus deveres, por exemplo, buscar meios informativos para saber se os recursos destinados à educação estão sendo gastos de forma eficiente e se a educação está sendo oferecida com qualidade.

Assim, a partir dos dados coletados, o trabalho tem o seguinte questionamento: **Durante o período de 2010 a 2013 houve eficiência dos gastos públicos na educação Município de Caturité?**

Baseado nisso, a pesquisa tem como objetivo geral avaliar a eficiência dos gastos públicos na educação, no período de 2010 a 2013, no Município de Caturité. Para atender a este objetivo geral delineou-se os seguintes objetivos específicos: (i) definir eficiência dos gastos públicos; (ii) investigar os gastos públicos em educação ocorridos entre 2010 a 2013 e (iii) verificar a eficiência dos gastos públicos em educação no município já citado. Pesquisa esta que se justifica pela necessidade em evidenciar se os gastos públicos em educação estão sendo empenhados de forma eficiente.

A metodologia utilizada foi estudo de caso, documental e bibliográfica, com característica quantitativa, de nível exploratório. Assim, para este estudo, buscou-se informações no Portal da Transparência – Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (SAGRES), no relatório de execução orçamentária disponibilizado no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE) e nos dados de alunos matriculados no INEP.

Este artigo está estruturado em cinco seções: na primeira com esta breve introdução; a segunda com o referencial teórico abordando aspectos sobre contabilidade pública, eficiência dos gastos públicos, características do Município e sobre o FNDE; na terceira com a metodologia, em seguida a análise dos dados coletados; na quinta e última seção estão as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade Pública

Contabilidade Pública é um ramo da Ciência Contábil que envolve o Patrimônio Público (Mello, sd). Se na iniciativa privada o objeto é o lucro, na área pública o objeto é o fim social, o bem estar da sociedade, atendendo suas necessidades e demandas. Para que isso seja concretizado se faz necessário o planejamento e a organização do gestor. É por meio dos orçamentos que o gestor consegue fazer o planejamento e definir as diretrizes, objetivos, metas e as prioridades de um determinado período para o Município. É necessário que seja feito um bom planejamento, pois os recursos gastos serão públicos, ou seja, o gestor deverá conhecer quais as reais necessidades do Município para satisfazer a população. Assim, existem três tipos de orçamentos que estão vinculados entre si, são eles: o Plano Plurianual (PPA); a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Os três instrumentos do governo estão redigidos na Constituição Federal no art. 165.

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I - o plano plurianual;
- II – as diretrizes orçamentárias;
- III – os orçamentos anuais.

Ressaltando ainda o art 165 da Constituição, nota-se o seguinte: o PPA terá a duração de quatro anos, instituindo as diretrizes, objetivos e metas para o período; a LDO com duração de um ano compreenderá as metas e prioridades, orientando assim a LOA; que tem duração de um ano e executará as metas e prioridades dispostas na LDO.

Para tanto, ainda existe o Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (SAGRES) do Tribunal de Contas, que fornece toda a movimentação financeira do que foi gasto no Município, e o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), um portal de informações que são postados apenas os orçamentos e gastos em educação. O SIOPE é controlado

pelo FNDE, que apresenta os investimentos em educação para auxiliar a sociedade no controle sobre os gastos públicos na educação básica.

2.2 Eficiência dos Gastos Públicos

Os resultados apresentados serão sobre a situação da educação do Município de Caturité por meio dos gastos públicos, analisando se os mesmos foram eficientes.

Pesquisas que abordem a eficiência dos gastos públicos com ensino fundamental são necessárias para que possa ser observado se os administradores públicos estão alocando de forma eficiente os recursos públicos. (SOUZA; et al, p. 14, 2013)

Para Ribeiro (2006), eficiência é a maneira de obter bons resultados com dispêndio mínimo de recursos e esforços, remetendo a uma relação de benefício e custo dos programas sociais. Desse modo, pode-se dizer que eficiência dos gastos públicos apresenta relação de custo e benefício e tem como meta o gasto mínimo e a obtenção de resultados positivos e satisfatórios.

2.3 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e seus Programas de Apoio

O Decreto-lei nº 872, de 15 de setembro de 1969 em seus Art. 1º e 3º, afirma que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é de personalidade jurídica de natureza autárquica, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, para apoio do ensino público escolar e de financiamento dos programas de ensino superior, médio e primário, promovidos pela União.

Com isso, para a manutenção do ensino escolar público existe alguns programas de apoio listados no FNDE: a Quota Salário Educação; Programa Dinheiro Direto na escola (PDE); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE); Programa de apoio ao Atendimento a Jovens e Adultos (EJA); Programa Brasil Alfabetizado; Programa Caminho da Escola e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

O FUNDEB é regulamentado pela Lei nº 11.494 de 2007. Essa Lei afirma que o FUNDEB é de natureza contábil e os Estados e Municípios colaboram para sua formação por meio da arrecadação de impostos (ICMS, IPVA, ITCMD, ITR, IPIexp) e transferências (FPM, FPE e Desoneração de Exportações). Logo, após a redistribuição desses recursos para os Estados e os Municípios, fica evidente que o FUNDEB não é considerado federal, estadual ou municipal, pois engloba as três esferas do governo. Na esfera municipal o FUNDEB é distribuído de acordo com o número de alunos matriculados na rede municipal de ensino infantil e fundamental. Na esfera estadual é distribuído de acordo com a quantidade de alunos matriculados na rede estadual do ensino fundamental e médio, conforme os dados do censo escolar mais recente realizado pelo INEP, como assegura o art 60 da ADCT constitucional. Em relação à distribuição do FUNDEB, pelo menos 60% será destinado ao pagamento de salários dos profissionais (professores e professoras) da educação em exercício na rede pública.

A Lei 11.494, em seu Art. 23, dispõe que a utilização dos recursos do FUNDEB será vedada em dois casos:

- I – no financiamento das despesas não consideradas como de manutenção e desenvolvimento da educação básica;
- II – como garantia ou contrapartida de operações de crédito, internas ou externas, contraídas pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios que não se destinem ao financiamento de projetos, ações ou programas considerados como ação de manutenção e desenvolvimento da educação básica.

Ou seja, os recursos provenientes do FUNDEB só deveram ser utilizados na manutenção e desenvolvimento do ensino básico, sendo vetado para outros fins. Assim, os recursos são destinados aos alunos matriculados, aos professores e aos profissionais que atuam no suporte do ensino básico.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo tem por objetivo avaliar a eficiência dos gastos públicos em educação da cidade de Caturité, no período de 2010 a 2013. Dessa maneira, discorreu-se sobre educação, contabilidade pública, eficiência dos gastos públicos e histórico do Município. Portanto, o tipo de pesquisa delineada foi estudo de caso, documental e bibliográfica, caracterizada como quantitativa e de nível exploratório.

Segundo Gil (2008), o estudo de caso é caracterizado como um estudo profundo, com o objetivo de adquirir conhecimento detalhado e amplo. Também é considerada como documental e bibliográfica porque apresenta coleta de dados em diversas fontes, por exemplo, os sites do Tribunal de Contas (SAGRES); do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação no relatório da SIOPE; do orçamento do Plano Plurianual referente aos anos de 2010 a 2013; os documentos da Secretaria Municipal de Educação de Caturité; no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP); em artigos relacionados aos Gastos públicos em educação; em livros; na Constituição Federal de 1988 e em Leis, entre outros.

Em relação à caracterização, a pesquisa é classificada como quantitativa. De acordo com Prodanov (2013), a pesquisa quantitativa significa transformar os números em opiniões para análise e classificação.

O nível de pesquisa é considerado Exploratório. Gil (2008) afirma que pesquisas exploratórias são realizadas, especialmente, quando o tema escolhido é pouco explorado.

Para a análise de dados foi realizada a pesquisa referente ao Censo Escolar, no site do INEP, sobre o número de estudantes matriculados, taxas em porcentagens sobre quantidade de alunos aprovados, reprovados e os que abandonaram o ano letivo durante o período de 2010 a 2013. O percentual dessas taxas foi multiplicado pela quantidade do número de matrículas. Com isso obteve-se a informação em números no que se refere à quantidade de alunos que foram aprovados, reprovados e os abandonos nos anos letivos já citados. Outras fontes de pesquisa foram o Portal da Transparência por meio do SAGRES e o relatório da SIOPE, com relação aos gastos referentes à educação no período estudado.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

4.1 Estudo de Caso

Caturité é um recente Município da Paraíba com apenas 21 anos de emancipação, localizado na Região do Cariri Oriental e na Região Metropolitana de Campina Grande. Sua população foi estimada, pelo IBGE, em 4.747 habitantes para o ano de 2014, distribuídos em uma área de 108,081 km², sendo que 80% pertencem à zona rural. Por ser um município que apresenta a maioria da população

na zona rural, a economia é baseada na agricultura e pecuária, sendo considerada a maior bacia leiteira do Cariri Oriental e merece ênfase o fato de possuir uma indústria de laticínios.

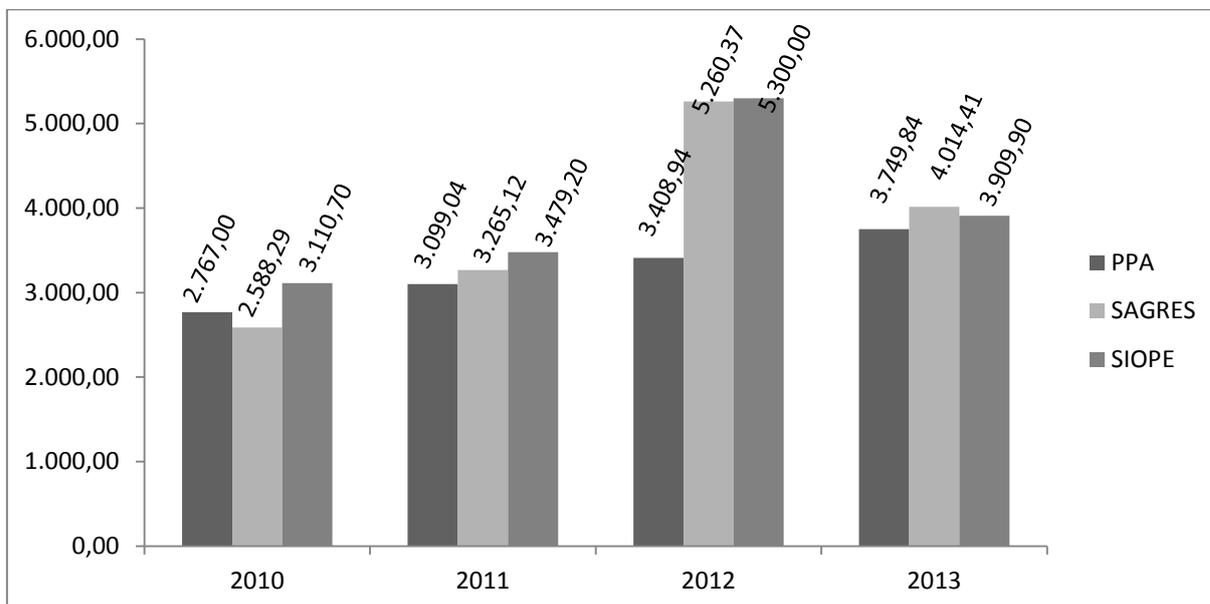
Segundo o IBGE (2010), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi de 0,623. Tal índice é calculado a partir de três dimensões, a saúde, a educação e a renda, variando de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, maior é o desenvolvimento humano. Na parte administrativa do Município tem-se no poder Legislativo a Câmara Municipal composta por 09 vereadores, a Prefeitura Municipal estruturada com 08 secretarias, entre elas a secretaria que é responsável pela educação pública que será abordada no presente trabalho.

De acordo com a Secretaria de Educação, o setor educacional do Município é composto por: 01 Creche na Zona Rural (Pedra d'água); 05 Escolas na Zona Rural do pré ao 5º ano; 01 Escola Municipal do pré ao 9º ano; 01 Escola Rural na Sede do Município; 01 Escola Estadual; 02 Escolas Privadas do pré ao 9º ano.

4.2 Os Resultados

Verificando os dados no portal do SAGRES, em 2010, os gastos com educação foram de R\$ 2.588.294,16; em 2011 de R\$ 3.265.123,06; em 2012 R\$ 5.260.367,27 e 2013 R\$ 4.014.411,59. No período de 2010 a 2013 os gastos em educação somaram em R\$ 15.128.196,08.

O gráfico a seguir demonstra a previsão dos gastos orçado no PPA para os quatros anos, e os valores gastos em educação divulgados no SAGRES e no SIOPE. Os valores do portal do SAGRES serão utilizados para cálculo do gasto por alunos matriculados.

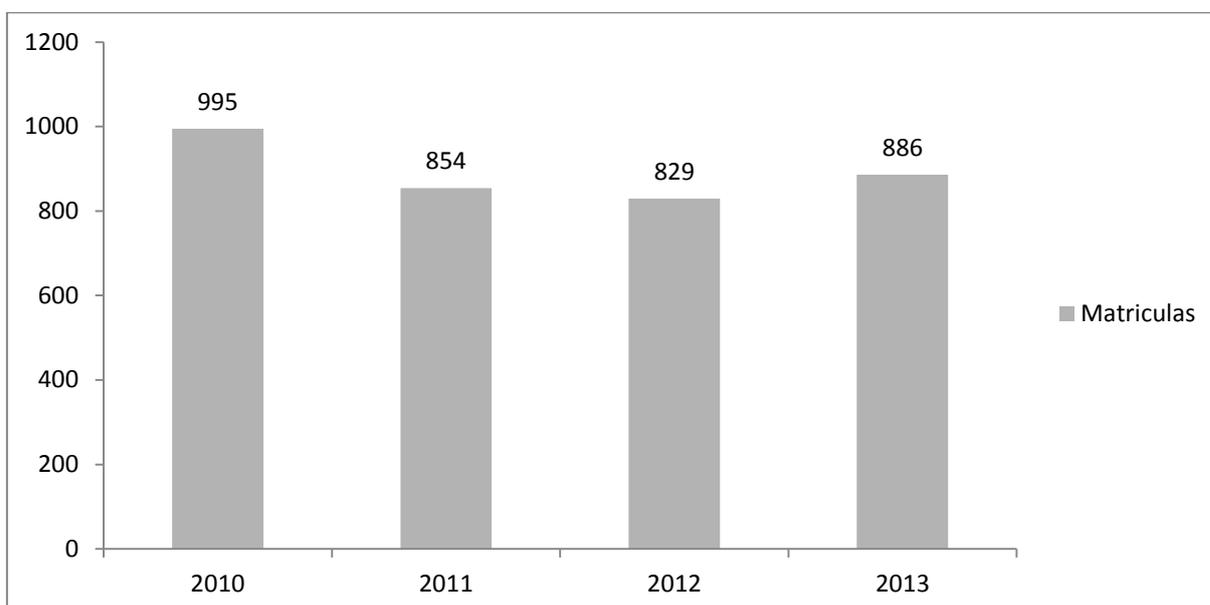
Gráfico 1 - Valores orçados e gastos em educação

Fonte: dados da pesquisa (2015)

*Valores em milhões

Observa-se no gráfico 1 que os valores orçados para a educação no PPA foram crescendo a cada ano. E os gastos em educação divulgados no SAGRES e no SIOPE foram crescendo até 2012, mas em 2013 foram reduzidos.

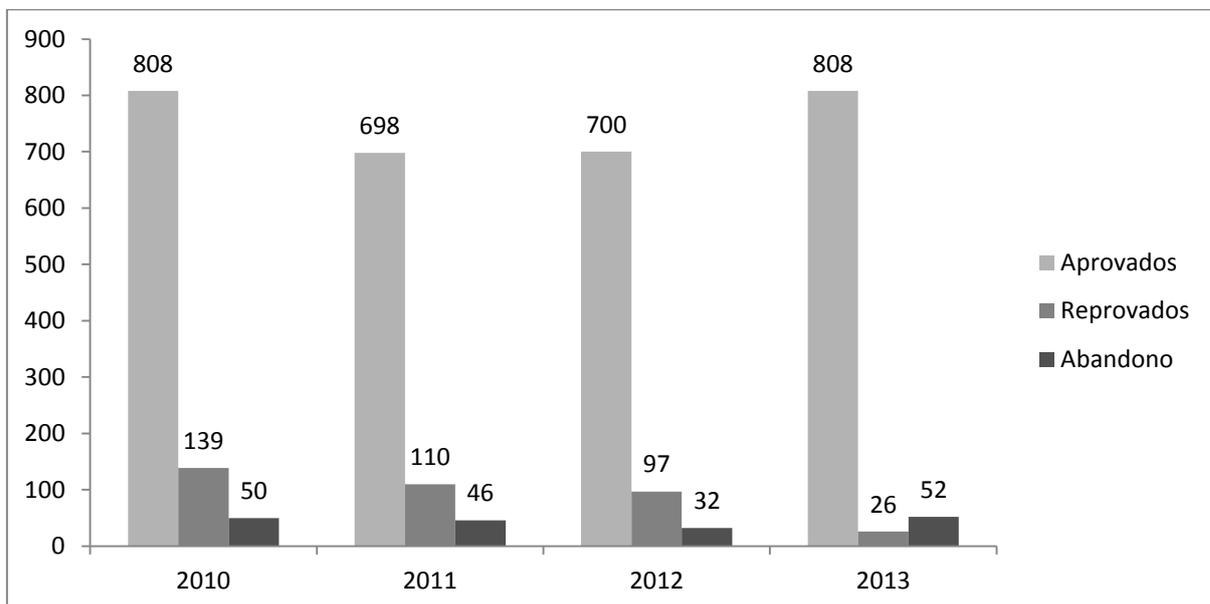
Em relação aos valores orçados em 2010 foi previsto um gasto de R\$ 2.767.000,00, mas o valor realmente gasto foi de R\$ 2.588.294,16 (SAGRES), enquanto que no SIOPE houve um gasto maior que o orçado, com o valor de R\$ 3.110.700,00. Já nos anos seguintes os valores orçados foram menores que os valores realmente gastos. Em 2012, de acordo com o que foi divulgado no relatório do SIOPE, houve um gasto de R\$ 5.300.000,00, valor maior que o divulgado no SAGRES, que foi de R\$ 5.260.367,27. Nos anos anteriores os valores divulgados no SAGRES foram inferiores aos apresentados no SIOPE.

Gráfico 2 - Número de alunos matriculados

Fonte: dados da pesquisa (2015)

O gráfico 2 demonstra a quantidade de alunos e alunas matriculados no período de 2010 a 2013. Percebe-se que, em 2010, aconteceu o maior número de estudantes matriculados: 995. Em 2011, o número caiu para 854. No ano seguinte houve outra queda com relação ao número de matrículas, sendo esta em 829. Já em 2013 o número de matriculados cresceu para 886.

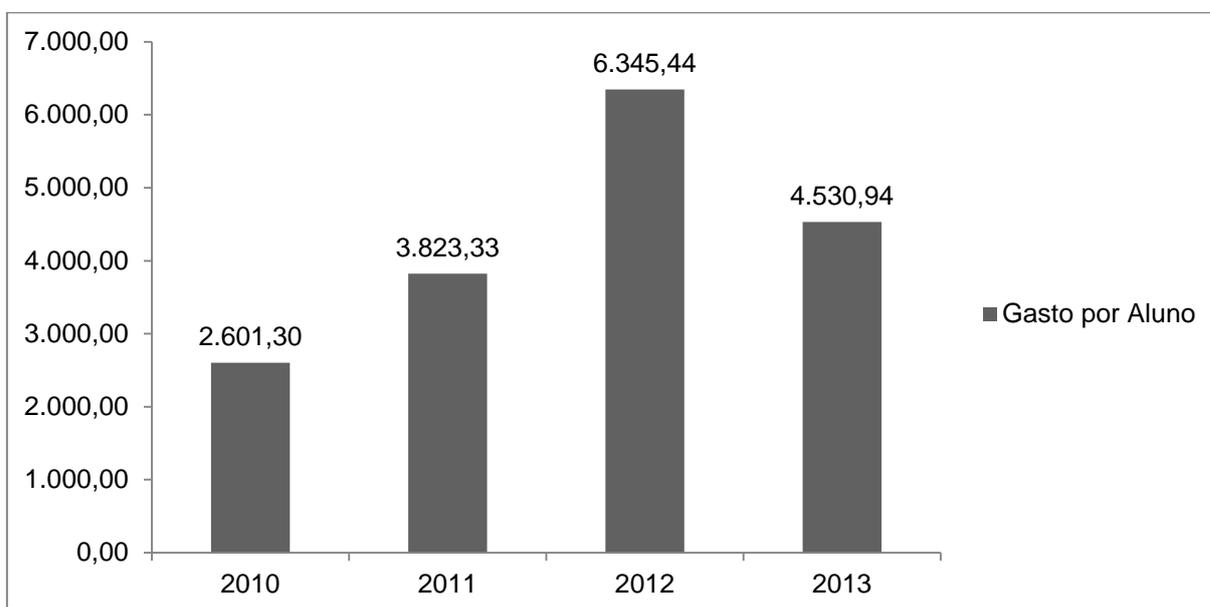
Em síntese, nesses quatro anos, o número de matrículas caiu até 2012. Na verdade, ocorreu um crescimento de matrículas em 2013 em relação aos anos anteriores. Portanto, depois de 2010, 2013 é o ano com maior número de alunos e alunas matriculados.

Gráfico 3 - Número de alunos aprovados, reprovados e abandonos.

Fonte: dados da pesquisa (2015)

O gráfico 3 demonstra o número de alunos aprovados, reprovados e os que abandonaram o ano letivo. No ano de 2010, do total de 995 alunos matriculados, apenas 808 foram aprovados, 139 foram reprovados e 50 abandonaram o ano letivo. Em 2011, de 854 estudantes matriculados, 698 foram aprovados, os reprovados foram de 110 e os que abandonaram foram 46. Já em 2012, de 829 matriculados, 700 foram aprovados, o número de reprovação e abandono diminuiu em relação a 2011, sendo 97 e 32, respectivamente. No último ano analisado, houve 886 matrículas, o número de aprovados cresceu, sendo de 808, o de reprovação foi o menor dos quatro anos, sendo esse de 26, já o de abandono foi o maior do período, sendo 52.

Em resumo, 2010 e 2013 foram os anos com maior número de aprovações, 2013 com o menor número de reprovações e 2012 com o menor número de abandono.

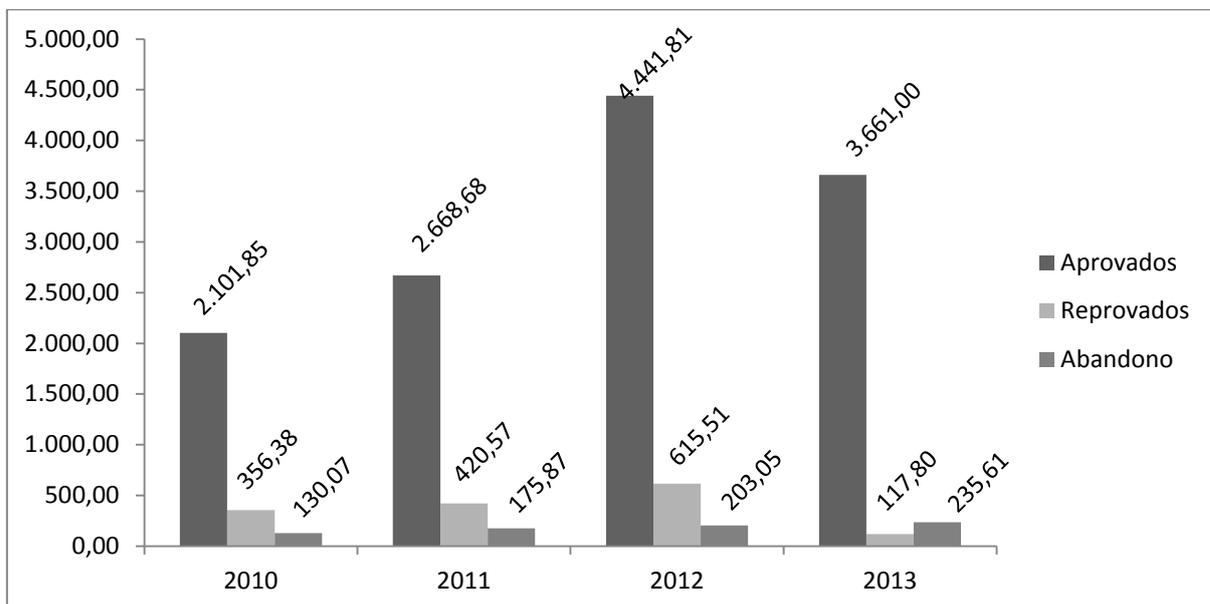
Gráfico 4 - Gasto por aluno matriculado

Fonte: dados da pesquisa (2.015)

O gráfico 4 representa o gasto por aluno matriculado. Este cálculo foi feito a partir dos valores gastos que foram divulgados no SAGRES, dividido pela quantidade de alunos matriculados.

Dessa maneira, verificou-se que 2012 foi o ano com mais gastos por alunos e alunas, totalizando o valor de R\$ 6.345,44. Já 2010 foi o ano com menor gasto, com o valor de R\$ 2.601,30.

Ainda por meio do gráfico 4, comparando os demais anos do estudo com o ano de 2012, nota-se o seguinte: em 2012 ocorreu o menor número de alunos matriculados, mas apresenta o maior gasto por aluno. No ano de 2010 aconteceu o maior número de matrículas e o menor gasto por aluno. Em 2011 também foi desproporcional, pois o número de matrículas foi menor em relação ao ano anterior, mas o gasto por aluno foi maior. Já 2013, é o segundo ano com maior número de matrículas e o valor do gasto por aluno foi menor em relação a 2012.

Gráfico 5 - Gasto total com alunos aprovados, reprovados e abandonos.

Fonte: dados da pesquisa (2.015)

*Valores em mil e milhões

No gráfico 5 tem-se a análise de quanto foi gasto no total com os alunos aprovados, reprovados e abandono de 2010 a 2013. Estes valores foram encontrados pelo meio da multiplicação do gasto por aluno matriculado por quantidade de aluno aprovado, reprovado e abandono.

Verifica-se então que, 2012 foi o ano com o maior gasto com aluno aprovado e reprovado, sendo estes em R\$ 4.441.806,00 e R\$ 615.507,27 respectivamente, 2013 o ano com mais gasto com aluno que abandonou o ano letivo, no valor de R\$ 235.608,12 e com o menor gasto em reprovação R\$ 117.804,12. Em relação ao menor gasto em aprovação e abandono, 2010 foi o ano com menores gastos, sendo R\$ 2.101.850,50 e R\$ 130.065,16. Depois de 2012, 2011 é o ano com mais gastos em reprovação, R\$ 420.566,00.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição Federal, em seu art 6º, cita que a educação é um direito social do cidadão, ou seja, é a base de formação de uma sociedade. Por esse motivo deve ser fornecida com eficiência, gastando-se o necessário para atender as necessidades da população. A contabilidade pública, por meio do PPA, é

responsável por esses gastos. O gestor faz o orçamento para os quatro anos de governo e, posteriormente, a execução desses gastos é divulgada no portal da transparência que informa se o que o foi orçado no PPA realmente foi cumprido. E o SIOPE, portal do FNDE, é quem informa os gastos executados exclusivamente com educação.

É sabido que, no mínimo, 25% dos impostos e transferências devem ser destinados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e que, no mínimo, 60% dos impostos e transferências devem ser destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Essas porcentagens devem ser observadas e respeitadas, garantindo-se, assim, uma educação básica eficiente e de qualidade para o Município.

Com isso, o trabalho teve o objetivo de analisar a eficiência dos gastos públicos na educação no Município de Caturité, no período de 2010 a 2013, por meio de seus objetivos específicos que auxiliaram na obtenção dos resultados. Desse modo, foram levantados dados no portal da transparência para a análise da eficiência dos gastos em educação. Como também vale lembrar que o modelo de pesquisa apresentado foi estudo de caso, documental, bibliográfica, exploratória e quantitativa.

Porém, algumas limitações foram encontradas, como por exemplo o período pesquisado, delimitando-se também a ser um estudo de caso em um Município. Dessa forma, sugere-se, então, que novas pesquisas, com o período maior, sejam aplicadas em outros Municípios como forma de comparação entre eles.

Se a eficiência é a relação custo e benefício, que procura obter bons resultados com menores gastos, pode - se concluir que, 2010 obteve o menor custo em educação nos quatro anos, sendo este de R\$ 2.588.294,16, que beneficiou 995 aluno; embora beneficiando a maior quantidade de estudantes matriculados do período, os resultados ao final do ano letivo não foram positivos, pois apenas 808 alunos foram aprovados, 139 reprovados e 50 abandonaram o ano letivo, totalizando um desperdício de R\$ 486.443,66. Dessa forma, a eficiência dos gastos públicos em educação, no ano de 2010, não foi eficiente.

No ano seguinte, 2011, ocorreu um gasto de R\$ 3.265.123,06, que beneficiou 854 alunos. O valor gasto foi maior que o do ano anterior, mas a quantidade de matriculas foi menor, havendo, assim, desproporção, ou seja, maior gasto com

menor número de matrículas. Portanto, os gastos em educação no ano de 2011 não foram eficientes e, além disso, o total desperdiçado em reprovação e abandono foi de R\$ 596.439,06.

O ano de 2012 demonstrou o maior gasto em educação, com um valor de R\$ 5.260.367,27, beneficiando 829 alunos. Novamente, não houve proporção, pois a quantidade de estudantes matriculados foi o menor dos quatro anos e o gasto foi o maior do período estudado, ou seja, muito gasto para poucos beneficiados. Portanto, 2012 não apresentou eficiência nos gastos em educação e o desperdício total com alunos reprovados e que abandonaram o ano letivo foi de R\$ 818.561,27.

No último ano analisado, o total gasto foi de R\$ 4.014.411,59, beneficiou 886 alunos, 808 foram aprovados, 26 reprovados e 52 abandonaram o ano letivo. Diante disso, conclui-se que, em 2013, os gastos em educação foram eficientes, pois demonstrou um custo que obteve o melhor resultado em aprovação e menor quantidade de alunos que foram reprovados ou abandonaram o ano letivo. Fato que resulta em um menor desperdício dos quatro anos, no valor total de R\$ 353.412,24.

De modo geral, pode-se dizer que a educação do Município de Caturité, durante o período de 2010 a 2012, não apresentou eficiência nos gastos públicos, pois apenas o ano de 2013 demonstrou eficiência dos gastos, obtendo menor desperdício, logo, com melhor resultado. Os anos anteriores não apresentaram a relação custo e benefício que define eficiência e isso prejudicou a educação do Município.

ABSTRACT

COSTA, Bruna Emanuely Santiago. **Efficiency of public spending on education: a study of the case of Caturité city in the period 2010 to 2013.** 2015.19 pages. Term paper – Accounting Sciences, State University of Paraíba, Campina Grande, 2015.

This study has as main objective evaluate the efficiency of public spending on education at Caturité city in the period 2010 to 2013, knowing that the same is one of supporting pillars of a city , so will introduce theoretical aspects about the public spending on education, observing written texts in laws and on the Federal Constitution. A brief presentation about the city had been studied will be do, taking note the support programs to public school education. This research outlined as study of case, documentary and bibliographic with quantitative characteristic, of exploratory level. The data were obtained with documents supplied for Caturité Prefecture, in spreadsheet and graphics included on Transparency Portal, in the National Fund for Educational Development (NFED) and in National Institute of

Studies and Research (NISR), with an objective of analyse the efficiency of public spending on education during the four-years period. Therefore, the end of this research, it was found that in these four years studied, Caturité didn't introduce efficiency in its spending on education, showing only efficient the year 2013, and 2012 was the worst year for what was spent on education.

Keywords: efficiency. education. public spending.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.htm >. Acesso em 17 de março de 2015.

Decreto - **Lei nº 872**, de 15 de setembro de 1969. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=DEL&num_ato=00000872&seq_ato=000&vlr_ano=1969&sgl_orgao=NI> Acesso em 05 de maio de 2015.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (**FUNDEB**). Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-apresentacao> >. Acesso em 19 de abril de 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Indicadores Educacionais. **Taxas de Rendimento**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>> Acesso em 18 de maio de 2015.

Informações Completas, Síntese das Informações, Histórico do Município. Disponível em:<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=250435&search=paraiba|caturite|infograficos:-informacoes-completas>> Acesso em 03 de abril de 2015.

Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. FUNDEB. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm> Acesso em 19 de março de 2015.

MELLO, José Carlos Garcia. **Contabilidade pública**. Disponível em: < http://www.unifra.br/pos/gestaopublica/downloads/CONTAB_PUBLIC.PDF>. Acesso em 26 de abril de 2015.

O que é o IDHM. Disponível em: < http://www.pnud.org.br/idh/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM> Acesso em 03 de abril de 2015.

O que é SIOPE? Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/siope/o_que_e.jsp> Acesso em 31 de março de 2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano. et al. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Rio Grande do Sul: Feevale, 2013.

Relatório Quadro de Resumo de Despesas. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/siope/relatorio QuadroResumoDespesasMuni.do?acao =pesquisar&pag= result&ano =2010&periodo=1&cod_uf=25&municipios=250435&ordenar=5> Acesso em 09 de abril de 2015.

RIBEIRO, E. A. W. Eficiência, Efetividade e Eficácia do Planejamento dos Gastos em Saúde. **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**. jun. 2006. Disponível em < <http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/viewFile/16845/9270> > Acesso em: 12 de maio de 2015.

Sagres Online. Disponível em: <<https://sagres.tce.pb.gov.br/index.php>> Acesso em 31 de março de 2015.

SOUZA, F. J. V. et al. Análise da Eficiência dos Gastos Públicos em Educação nos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte. **Revista de Administração e Contabilidade**. Feira de Santana, v. 5, n. 3, set/dez. 2013. Disponível em: <<http://www.reacfat.com.br/index.php/react/article/viewFile/141/103>> Acesso em 18 de maio de 2015.